

# 2. FÓRUM BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



NEWSLETTER I

Aldeia Tukum

06 de outubro de 2023

# ♦ Mística de Abertura ♦

## União pela Mãe Terra – Corpo, Mente e Espírito

Camila Ferri e Marina Spieth

Revisão: Isabele Moraes

Fotógrafa: Camila Ferri



O 2º Fórum iniciou seu dia com o Ritual Poransym

Em roda, uma reza ao grande Espírito inicia o grande encontro. Nos momentos seguintes, crianças, jovens, idosos, mulheres e homens, pulsam a energia do Ritual Poransym, lado a lado, ecoando os múltiplos cantos e rezas. Pede-se permissão para pisar no chão sagrado, honrando os ancestrais, os mais velhos, as matriarcas e o grande Espírito. Essa roda também agradece, por estar vivo, por respirar o ar puro e estar ali prestes a começar uma partilha de conhecimentos e de escuta.

Assim, em volta da chama que sustenta o fogo, esse agradecimento se amplia para o invisível, para aqueles que compõem o sagrado, os encantados que ali estão para além do material. De um em um, as lideranças indígenas fazem suas falas e cantam para chamar todas as forças para aquele areião. É o momento de trazer para todos os corações presentes a paz, a cura e a amorosidade para que as trocas sejam feitas de forma respeitosa, para que a escuta e a partilha fluam como Água que umedece o solo, permitindo que das diferentes realidades e ideias floresça o conhecimento. Pelo chacoalhar dos maracás, a energia pulsa cada vez mais forte. O sol não queima, mas abraça aqueles que embaixo dele dançam, o vento sopra conectando e fluindo a vibração e o chão sagrado recebe o pulsar dos pés que, no ritmo do coração, constroem a unidade que é a grande Mãe Natureza.

Essa mística de abertura se encerra com o cacique Ramon Tupinambá evidenciando que: “Apesar da maldade e crueldade, estamos aqui, resistindo, acreditando que nosso planeta pode ser diferente, a partir da prática de cada um de



A Grande roda

nós”. Dessa maneira, em conjunto com todas as lideranças ali presentes, inicia, oficialmente, o 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, abrindo o espaço para o diálogo das vidas, que são sempre pluralidade e nunca individualidade. Cacique Ramon guia a todos para o local de acolhimento em que, de maneira livre, puderam se expressar, amplificando “a luta que só tende a crescer em consciência, entendimento, partilha, cuidado e respeito ao próximo”, como complementa o líder indígena.

Depois do Ritual, seguiu-se para o momento de escuta. A partilha circular das lideranças dos povos e comunidades guardiões da Terra foi intensamente marcada pelo sentimento de união. Como apontou a cacica Valdelice do povo Tupinambá de Olivença: “Uma vara quebra, um feixe é mais difícil [de quebrar]. Somos um feixe!”. A ideia de que somos um só povo, uma só comunidade, uma só Natureza, que se unifica pelo cuidado com a Mãe Terra, ecoou de forma resistente e sensível, em um só som.

A escuta para a construção de pontes foi colocada como elo entre os povos e a união para ação, como a materialização da força ancorada e invocada pelos encantados das mais diversas crenças, religiões e entendimentos. Esse foi o princípio que guiou o trabalho da Articulação Nacional pelos Direitos da Natureza/Mãe Terra na organização do evento. Nas palavras de Vanessa Hasson, da Articulação: “Se trata de fazer pontes. Pontes que começam com a mistura de nossos sangues e podem atingir todo o planeta. Esse é nosso compromisso”.

Fotógrafo: Messias Tavares  
(Cáritas Brasileira)

Unidos em uníssono, guerreiras e guerreiros resistentes da Grande Mãe Terra clamaram por voz. A defesa, a reconexão e a sobrevivência com a terra são a grande questão. Só é possível Bem Viver se há conexão com a ancestralidade da terra. A luta pela reconquista dos territórios originários por seus povos é o grande agregador de resistência coletiva, em que a troca e o diálogo permeiam e costuram os pensamentos, os sentimentos e as práticas. A urgência pelo reconhecimento desses entendimentos pelos povos invasores foi colocada de forma calorosa e insistente. Agir é preciso. Escutar, mudar, transformar, cocriar um futuro de coexistência harmoniosa, amorosa, pacífica e respeitosa para com a Mãe Natureza. Agir coletivamente, abandonando diferenças pequenas e unindo os povos e comunidades pelo grande propósito comum: a vida.

A troca de experiências e saberes é motor para a mudança e gás para a resistência. Resistência ao modelo de vida que não desacelera, não escuta, não respeita. É urgente que se faça valer, na prática, aquilo que, enquanto coletivo, dialogamos e convergimos. Resistindo ao sistema imposto que apaga a existência de tudo que aqui sempre esteve e que prega o avanço de um progresso que destrói a Natureza e, por consequência, a humanidade como parte Dela. A luta

é permeada de esperança e brados de avanço.

Assim, a manhã do dia 06 de outubro seguiu no espírito de comunhão, partilha e escuta para um almoço preparado por cozinheiras da aldeia Tupinambá de Olivença que, recheado de afeto, pôde nutrir nossos corpos para seguirmos dialogando.

O momento foi compartilhado por um banho no Rio que convive com a aldeia, refrescando corpos, mentes e espíritos. Logo, seguiu-se para um segundo momento de roda, onde a escuta de denúncias e experiências de resistência e luta foram compartilhadas, mostrando, a partir das particularidades de cada grupo, grandes entendimentos que convergiam em um objetivo comum: pensar a resistência e mudança em harmonia com a Natureza.

Nas próximas matérias que compõem esse volume, serão expostas as principais pautas e demandas compartilhadas durante a escuta, com foco nos pontos de convergência entre aqueles que se expressaram: demarcação de terras, a violenta prática mineradora e a urgência de reconhecer os direitos da Água. Com isso, buscamos – ainda que de forma breve – registrar aquilo que une as experiências que pudemos escutar, mas reconhecendo que muito mais foi partilhado e precisa ser considerado.



# A união pela demarcação territorial

## Escuta dos povos que lutam pelo território

Kamilla Miasso

Revisão: Alessandra Sousa



A pauta sobre a demarcação dos territórios dos povos originários e tradicionais ocupou grande parte dos discursos das lideranças que participaram dos círculos de conversa no primeiro dia do 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza. Atualmente, no território Tupinambá de Olivença, 20% de suas terras estão ligadas aos grandes latifundiários, que não dialogam com as comunidades locais e não reconhecem a luta diária para que o esse território legalmente pertença a seus verdadeiros donos. Afinal, os povos originários estão nesses territórios desde muito antes dos não indígenas chegarem e a sua sobrevivência depende desse reconhecimento: “somos nós que sabemos como entrar nas matas e conhecemos os nomes de todos os rios”, disse Naiara Tukano, do povo Yepã Masã, da região do Alto Rio Negro, Amazonas.

A luta pela demarcação dos territórios não vem dos dias de hoje. Durante as falas das lideranças indígenas, pudemos escutar que a luta está calcada em seu sangue, suor e lágrimas. As comunidades indígenas brasileiras sofrem com ameaças diárias e ataques sistemáticos e violentos. São incontáveis mortes de pessoas das suas comunidades que não são investigadas, o que demonstra tanto a manifestação agressiva dos donos de grandes latifúndios quanto a passividade das autoridades diante dos crimes cometidos.

Durante a escuta, foi destacada também a importância de dialogar com os tomadores de decisões que não seguem as diretrizes da Carta Magna brasileira, já que isso impede o avanço das pautas relacionadas ao reconhecimento da demarcação dos territórios originários e tradicionais por parte das autoridades designadas. É o caso do povo Tupinambá de Olivença, que está aguardan-

do ansiosamente a assinatura da portaria declaratória, cujo processo se encontra em tramitação no Ministério da Justiça, para que seu território seja de fato reconhecido e demarcado. De acordo com o cacique Sussuarana do povo Tupinambá: “é necessário um espaço para dialogar com as secretarias que compõem o governo brasileiro além das instituições internacionais [...]” para resolver a urgência dessa assinatura.

A pressão política dos povos indígenas e não indígenas para acelerar a demarcação dos territórios dos povos originários é fundamental, e o Fórum mostrou que existe uma união entre as comunidades originárias, indígenas, quilombolas e ribeirinhas de todo o Brasil na busca pela devolução dos territórios aos seus verdadeiros guardiões e guardiãs. Afinal, é importante destacar que a luta pela demarcação da terra não é algo individual e centralizado em uma só comunidade. O povo Pataxó Hã Hã Hãe, que já teve seu território demarcado, estava presente no Fórum para apoiar a demarcação do território do povo Tupinambá.

Todas as comunidades presentes abordaram uma pauta universal entre elas: a valorização da Natureza por ela mesma, ou seja, tratá-la como um sujeito. Nesse sentido, o desejo de justiça pela devolução dos territórios aos seus verdadeiros protetores e protetoras significa a luta das comunidades que veem a Natureza como sua família, o rio que é avô ou as árvores que são irmãs. A separação que existe entre a humanidade e a Natureza impede uma relação harmoniosa e respeitosa com todos os seres, humanos e não humanos, e durante o primeiro dia do Fórum ficou claro que a demarcação dos territórios originários e tradicionais é um passo essencial para estabelecer essa reconexão.

Fotógrafa: Kamilla Miasso



Mesa de Lideranças discute a luta pelo território

Fotógrafa: Lais Samezima



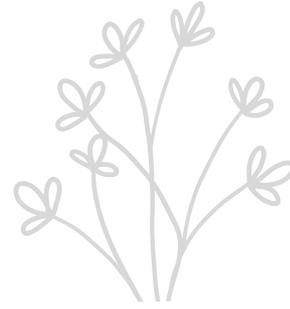
A demanda do povo Tupinambá pela demarcação

## A mineração enquanto um instrumento de violência

### O silenciamento da tragédia vivida por povos originários brasileiros

Laís Samezima

Revisão: Isabele Moraes



Desrespeito, invasão, desapropriação e violação. Essas são algumas das características atribuídas à mineração, uma prática extrativista secular e muito presente no Brasil. Independentemente de onde ocorra, a mineração corresponde à uma violência que se manifesta de forma voraz e leva consigo toda a possibilidade de vida da Natureza. Durante a escuta, as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de pescadores denunciaram as inúmeras e repetitivas atuações de empresas mineradoras em seus territórios, que levam, muitas vezes, à consequências irreversíveis à Mãe Terra.

Os rios, quando contaminados por resíduos liberados pela extração de minérios, perdem seu potencial de ter e gerar vida. Afinal, tanto a existência de animais aquíferos, quanto a possibilidade de cultivar alimentos na terra, são gravemente prejudicados com a contaminação das Águas. Para além da Natureza física, os estragos causados pela mineração agridem a ancestralidade, a cultura, e a crença de comunidades originárias e tradicionais, que guardam uma relação de extrema conexão com a Terra. Em certos casos, integrantes dessas comunidades têm vivido à base de remédio, justamente por não terem mais o direito de se conectar com seu próprio território.

Bárbara Flores, representante indígena do povo Borum Krem, compartilhou que se mudou para a Bahia para Bem Viver com seus filhos, por conta das atividades de mineradoras. Seu território de origem, Ouro Preto, em Minas Gerais, foi dominado por empresas do setor. Ali, a violência à Natureza se mantém e se dá a partir de inúmeros assédios morais, por exemplo, por seguranças armados que são contratados pelas mineradoras e que oprimem famílias tradicionais que são resistência e que fazem cerca com as áreas exploradas.

Sabendo que a exploração de minérios é histórica no Brasil, a violência que o povo Borum Krem está sofrendo corresponde à persistência e à vitória do setor de mineração sobre todos os direitos da Natureza e, conseqüentemente, dos povos originários. Eventos-crime como o deslizamento de barragens, construídas a partir de instalações mineradoras, ocorrem com uma frequência assustadora e, muitas vezes, o

papel e a responsabilidade dessas empresas não são pautas devidamente abordadas em noticiários e reportagens.

A Natureza passa por um momento em que sua mercadorização está cada vez mais predatória. De acordo com Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra, a questão vai muito além do modelo do agronegócio, pois trata-se do modelo agro-hidro-minério-negócio, no qual à cada elemento da Mãe Terra é atribuída uma função econômica e um preço. Para cada negócio, há empresas que atuam devastando a Terra sem limite algum, e isso ocorre por todo o Brasil.

No caso de Ilhéus, as instalações da empresa que atua na extração de areia, a Areal Guanabara, localizada na Rodovia Ilhéus/Olivença Km 11 e instalada em território indígena, tem afetado não apenas a saúde da Natureza e dos povos originários que vivem ali perto, mas também moradores de condomínios residenciais e hóspedes de pousadas próximas, devido à quantidade de resíduos que ficam no ar como resultado da atividade econômica. O impacto do areal não é só esse: imagens em vídeo demonstram que está havendo deflorestamento da Mata Atlântica em escalas mortais. Curiosamente, as notícias sobre as inúmeras violações são pouco ou nada repassadas para a população. Com esse silenciamento, a atuação dessas empresas é mantida nos territórios das populações originárias e ainda tem sido expandida para limites urbanos. Se essa mercadorização da Natureza tem avançado a ponto de atingir até áreas privilegiadas de espaços urbanos, imagine em territórios de comunidades originárias que, na mesma medida que são explorados, são silenciados.

As histórias compartilhadas durante a escuta reforçam o quão fundamental e urgente é a demarcação dos territórios dessas comunidades, sobretudo para que toda a violência instaurada por empresas extrativistas seja legalmente penalizada. Da mesma forma, porém, isso requer que o Estado brasileiro seja reestruturado de forma a garantir que a legislação esteja voltada para priorizar a proteção desses povos e dos direitos da Natureza, e não para a vitória e o lucro de empresas mineradoras.

Fotógrafa: Camila Ferri



Denúncia compartilhada no círculo formado por aliados da luta anti-mineradoras

Fotógrafa: Camila Ferri



Escuta de representantes da organização "Salve Mário Campos", que denuncia projetos de mineração

## ♦ Água, um Ser Ancestral ♦

### A escuta pela Água

Giulia Feijó

Revisão: Alessandra Sousa

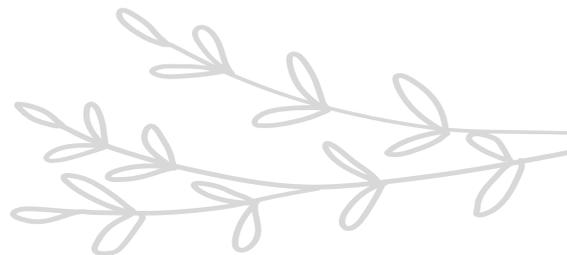
O reconhecimento dos direitos dos Corpos D'Água é um tema de extrema importância para os povos originários, quilombolas e ribeirinhos. Isso ficou evidente durante os momentos de escuta no Fórum, quando as lideranças demonstraram que suas vivências culturais são ligadas à Mãe Terra. Nesse sentido, percebe-se que a Água é um Ser Ancestral, como colocou a cacica Nádia Akawã Tupinambá, licenciada em Artes e Linguagens e com Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena pela Universidade do Estado da Bahia. Segundo Nádia: "a Água que cai da torneira de vocês é uma Água ancestral. Um dia ela se juntou ao suor e à chuva de outros povos que andaram nesse planeta. E hoje ela cai na nossa casa".

O reconhecimento dos direitos dos Rios, Lagos, Mares e de todos os Corpos d'Água é crucial, pois a Água constitui a base de sustentação da vida na Terra. Entretanto, muitos povos originários perderam essa conexão com o Ser Ancestral por conta de atividades, como o agronegócio, que cercam os territórios onde vivem essas comunidades e acabam obrigando a compra de caminhões-pipa para abastecimento. Esse triste cenário de mercadorização da Água ficou evidente quando as lideranças indígenas do povo Pataxó Hã Hã Hãe compartilharam a emoção que sentiram por estarem presentes em um território, a Aldeia Tukum, onde seus parentes

mantêm a conexão com a Natureza no que tange à Água.

Durante a escuta sobre a conservação da Água, foi ainda problematizada a questão imobiliária e de grandes obras de infraestrutura que são justificadas por buscarem o "desenvolvimento", sobretudo, econômico. Mas, afinal, tal desenvolvimento é para quê e para quem? A ideia de mercadorização da fauna e flora na atualidade é entendida como algo comum pela sociedade tida como moderna, e isso acontece pelo sentimento de um não-pertencimento à Natureza. Contudo, é necessário reconhecer que esses avanços tão acelerados que o mundo vem passando, de exploração desenfreada, que não escuta ou sente o ecossistema, tem causado uma série de genocídios e morte dos Corpos d'Água. A sociedade moderna precisa aprender a escutar o chamado da Mãe Terra. Esse é um processo de transformação, de encontrar-se como parte da Natureza, ao invés de explorá-la infinitamente em nome de um suposto desenvolvimento.

As demandas desses povos de resistência não são contempladas nessas ações e políticas de morte dos Corpos d'Água em prol do desenvolvimento econômico. Assim, existe a necessidade de a sociedade moderna aprender a escutar os saberes originários e se reconectar com a Natureza, principalmente, com a Água, na medida em que Ela é um Ser Ancestral e vital.



Fotógrafa: Laís Samezima



Cacique José Antônio Pataxó Hã Hã Hãe denuncia a mercadorização da Água

Fotógrafa: Camilla Ferri



Momento de escuta sobre a ancestralidade da Água

# 2. FÓRUM BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



**FACAMP** CERI CENTRO DE ESTUDOS E  
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



**Harmony with Nature**  
United Nations

## **Edição**

Patrícia Nogueira Rinaldi

Patrícia Capelini Borelli

## **Repóteres e Fotógrafas**

Camila Ferri Luciano

Giulia Colombo Feijó de Souza

Kamilla Miasso da Silva

Laís Yumi da Cruz Samezima

Marina Helena Spieth

## **Revisão**

Vanessa Hasson de Oliveira

Alessandra Fernandes de Sousa

Isabele Moraes de Oliveira

## **Design**

Fernando Cavalari de Araujo